

Comissões só votam após Semana Santa

Givaldo Barbosa 24/1/90

Scheila Bernardete

Apesar da escolha de seus presidentes para os dois próximos anos, os trabalhos das 13 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados iniciam após a Semana Santa. A informação é do diretor do Departamento de Coordenações, Ruy Omar, que justifica a demora devido a indefinição da pauta. Só então, as comissões, compostas por todos os partidos políticos representados na Câmara, vão discutir e votar os projetos de lei que, de acordo com o regimento interno, dispensaram a competência do plenário. Serão mais de 200 dispositivos constitucionais dependendo de regulamentação. E todos os projetos de lei terão que passar pelas comissões.

Natural, portanto, é entender o motivo de tantas disputas e divergências entre os parlamentares de todos os partidos, como ocorrido antes das definições das presidências das comissões. Soma-se, ainda, o prestígio político que é revertido para o líder de cada comissão. "Mas não é só. As comissões, no atual regimento, têm autonomia para fiscalizar os atos do Poder Executivo", completa Ruy Omar.

Neste contexto, quem acaba levando a melhor, ou seja, a maioria das presidências e membros — convertidos em votos — são os maiores partidos. É que a composição das comissões é feita baseada no critério de proporcionalidade.

Apesar de ter o maior número de deputados, não foi o PMDB (com 105) quem ficou com a maior parte das comissões. Para efeito de proporcionalidade, o bloco do governo, com 134 parlamentares, formado pelo PRN-PFL abocanhou a maioria das comissões. Foram quatro presidências para o bloco. Três para o PMDB e os demais partidos, PSDB, PT, PDC, PDS, PTB e PDT conquistaram a presidência das demais comissões.

Se a idéia do líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP) de formar um bloco independente vingar, o PMDB vai perder mais ainda seu poder de voto. Será nas comissões de Educação, Minas e Energia, Defesa e Segurança Social e de Saúde. Este bloco teria o controle por reunir as bancadas do PDS (42), PTB (37), PL (16) e PDC (21).

Escolha

Conforme explica o diretor de Coordenação das Comissões, estabelecido o critério proporcional, a escolha das comissões é feita por acordo entre os líderes partidários. "Por incrível que pareça, este ano, todos os acordos foram cumpridos", afirmou, descartando maiores divergências, pelo menos neste aspecto. Discordâncias, só mesmo entre o PDT e PT, que atrasaram a definição das comissões. Na negociação entre os líderes, o PT acabou tendo que desistir da Comissão de Trabalho para o PDT, ganhando em troca a presidência da Comissão de Transportes.

A poderosa e mais concorrida comissão, a de Constituição, Justiça e Redação só foi parar na liderança do PMDB, devido também, a um acordo. Apesar das críticas de sua bancada, o líder do PFL, deputado Ricardo Fiúza (PE), para indicar o deputado Benito Gama (BA) à presidência da Comissão de Finanças, atendendo solicitação do governador Antonio Carlos Magalhães, entregou "de bandeja" segundo alguns partidários, a Comissão de Constituição para o PMDB. Mas este foi também uma maneira de não ceder aos peemedebistas a presidência da Comissão de Economia, de grande interesse do gover-



Righi quer formar um bloco independente para ter mais poder

no, de olho nos projetos de lei que deverão advir do seu Plano de Reconstrução Nacional.

Divergências

Brigas, rancores, desligamentos. É o que mais ocorre após a realização das eleições para as presidências e composições das comissões temáticas do Congresso. Faz parte do jogo político. Amizades antigas, compromissos eleitorais, indicações governamentais, têm peso mais forte na escolha.

Daí a frustração de grande parte dos parlamentares que vêm na liderança de alguma comissão, especialmente a da sua área profissional, uma maneira de se tornar conhecido entre autoridades governamentais. Ou o de obter maior produtividade para suas bases por atuar em uma área de seu conhecimento. "Apesar de trabalharem duplamente e sem qualquer vantagem material", como observa o diretor Ruy Omar.

Acusações

Entre os "barrados no baile", está a depuada Sandra Cavalcanti

(PFL-RJ). Nome de consenso da sua bancada, conhecida educadora, estava certa que iria ocupar a presidência da Comissão de Educação. O que não acabou acontecendo, devido ao acordo da liderança do PFL com o PDS.

Indignada, a parlamentar anunciou sua disponibilidade para ingressar em outro partido. Mas antes, acusou o líder Fiúza de proteger os parlamentares nordestinos da bancada.

Também com o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), reeleito com o maior número de votos de seu estado, a situação é parecida. Jurista conhecido, pretendia a presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Quem levou foi o desconhecido deputado de Goiás, João Natal. Ribeiro, decepcionado, acusou seu partido de "estuprar a democracia" e o líder, deputado Genebaldo Corrêa (BA) de prestigiar um amigo, num "jogo de cartas marcadas". E renunciou a um lugar na Executiva Nacional do PMDB.